

APRESENTAÇÃO

Joaquim Bairrão

A Intervenção Precoce (IP) abrange serviços de educação especial e afins destinados às crianças de idades precoces com necessidades educativas especiais e às suas famílias. De um modo geral privilegia-se a frequência destes programas às crianças entre os primeiros meses de vida e os 2 anos de idade e prolonga-se até aos 5 anos.

A Intervenção Precoce surge por volta dos anos 60, e nesse então era essencialmente centrada nas crianças com diferentes problemáticas e a sua finalidade era o não agravamento dos défices da criança, atenuá-los na medida do possível e até eliminá-los.

Muito próxima ainda da Educação Compensatória, contemporânea mesmo de tais programas, a IP apresentava já um programa modelar que continha quase todos os ingredientes dos programas actuais. Estamos a falar do "Programa Portage para Pais".¹ Este programa foi criado em 1969 em Portage, Wisconsin, numa tentativa de prestar ajuda educacional e desenvolvimental a crianças de idade pré-escolar com desvantagens, por Shearer e Shearer (1972). Três particularidades importantes tornavam este programa inovador, a saber: a primeira dizia respeito à tónica predominantemente educacional do programa; a segunda componente consistia no facto de ser um programa dirigido aos pais, para estes trabalharem com os seus filhos em casa e em parceria com os técnicos; a terceira consistia no modelo de formação e de supervisão em espiral, este muito avançado para o tempo.

Estamos pois perante um programa de intervenção precoce da primeira geração, inovador, que vinha substituir ou propor uma alternativa aos programas de cariz médico e terapêutico centrados em estruturas especializadas. Utilizava predominantemente estratégias educativas saídas da análise comportamental aplicada e das tecnologias do ensino preciso e do ensino directo, este último já com aspectos cognitivos.

A segunda tendência dos programas de intervenção precoce surge por volta de finais de anos 70 e desenvolveu-se sobretudo nos anos 80. Muito influenciada e dentro do espírito do PL 94-142, lei pública americana que valorizava já os programas de intervenção precoce. Esta foi um marco legislativo decisivo que estabelece o direito a uma educação gratuita para todas as crianças de idade escolar com incapacidades, "Education for All Handicaped Children Act of 1975". A referida legislação continha no entanto incentivos para a educação de crianças de idade pré-escolar e criava programas para bebés e crianças mais novas com incapacidades, distinguindo também programas para crianças em risco biológico e ambiental (Guralnick, 1997). Nesta segunda geração de programas propõem-se práticas que

Joaquim Bairrão, membro da International Society for Early Intervention e do Transatlantic Consortium on Early Childhood Intervention.

não se centram apenas na criança com problemas, mas cuja intervenção se alarga à família e à comunidade.

É interessante constatar, nesta segunda geração de programas, a busca de uma sólida fundamentação teórica que garanta as práticas. Assim, teorias ecológico-sistêmicas de Bronfenbrenner, na sua obra seminal de 1979, e as teorias de Samehoff e Chandler de 1975, de Samehoff *et al.*, 1987, são chamadas para tal fundamentação neste período. É também importante o contributo de Dunst (1985 e 1986) acerca do papel das famílias na intervenção precoce. O fortalecimento da família, a sua autonomia em relação aos técnicos, o seu papel fundamental na gestão de recursos e na mediação dos problemas dos seus filhos são ainda componentes essenciais neste período. Refira-se aqui que mais tarde, em 1999, Dunst e Bruder vão dizer: “A vida na família inclui um corpo de pessoas e lugares... (que) fornecem à criança uma grande variedade de oportunidades de aprendizagem... A vida na comunidade também inclui um conjunto de pessoas e lugares que permitem à criança diferentes tipos de oportunidades de aprendizagem”. Assim se chegou a uma IP centrada na família, ou pelo menos tendo a família com parceiro na tarefa de educação de crianças com necessidades educativas especiais. Decididamente pluridisciplinar, a IP tem nesta altura fortes tendências para a transdisciplinaridade, podendo pois considerar-se um conjunto de serviços (de diferente natureza) para a família, de modo a abordá-la como um todo.

Esta segunda geração centra-se em visões do mundo da psicologia do desenvolvimento e da educação e em modelos que daí decorrem, predominantemente transaccionais. Bronfenbrenner e Samehoff são os seus principais mentores, bem como da terceira geração de programas que a estes se seguirão. A Lei 99-457 de 1986 consagra esta segunda geração de programas de IP.

A Bronfenbrenner (1979) vai a IP buscar a organização deste autor dos diferentes contextos de socialização ou mais simplesmente do contexto de vida da criança e da família. O *microssistema*, unidade base que contém a criança nas suas interações com a família e outros agentes educativos, vai fornecer à IP um modelo visando a sua qualidade de vida e o modo como esta se deve organizar. O *mesossistema*, modelo de trabalho nos diferentes microssistemas onde a criança se encontra — família, parentes, outros cenários educativos — estabelece formas de actuação interconectadas. Saliente-se ainda o papel do *exossistema* na prestação de serviços de IP, tratando-se de contextos que, embora não contendo a criança, englobam os recursos para a família em geral e para a criança em particular (saúde, por exemplo) e que podem constituir uma sinergia para a IP, ou pelo contrário restringir as suas potencialidades. Especificando, o impacto do trabalho nos pais, os tempos e os recursos de que dispõem e outros benefícios que contribuam para o bem-estar da criança, associados aos bons/maus recursos em termos de serviços de saúde, educação e segurança social, são a síntese da importância exossistémica. Por fim, o *macrossistema*, com os seus sistemas de valores, cultura e superestruturas económicas, políticas e legislativas, constitui a abóbada deste edifício dos círculos concêntricos de Bronfenbrenner.

O Plano Individualizado de Serviços para a Família, documento criado pela

legislação americana de 1986, o célebre IFSP,² cujo incumprimento pode levar técnicos e serviços a tribunal, é um mapa dos serviços acordados para satisfazer as necessidades da criança e da família e de responsabilização de todos os intervenientes. É um instrumento predominantemente ecológico, na medida em que os recursos, o trabalho dos técnicos e as características dos serviços a prestar projectam-se, por assim dizer, aos diferentes níveis dos ecossistemas nos quais a família se encontra.

Os últimos pilares desta concepção de programas de IP da segunda geração, e que surge já nos finais de anos 80, são as práticas educativas desenvolvimentalmente adequadas e a exigência de inclusão.

Chegamos assim à terceira geração dos serviços e programas de IP, que se caracterizam não pelo acúmulo de acções ou actividades dentro dos programas, mas sim por uma melhor conceptualização, organização e prestação dos mesmos. Ao contrário do que se possa pensar, e entre nós muitos há que ainda assim pensam, não é a multiplicidade de técnicos e de intervenções de disciplinas diversas que faz a diferença em IP. Não é o facto de a criança poder ter vários terapeutas, ou a família beneficiar de um aconselhamento, que vai trazer maiores benefícios ou acelerar as aquisições das crianças ou o bem-estar das famílias. A grande mudança desta nova geração de programas reside na organização dos mesmos e no modo como estes são administrados às famílias. Das equipas multidisciplinares, levando a várias intervenções por diferentes técnicos e que geralmente acarretavam mais stresse às famílias e menor eficácia das intervenções, surge a perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar de abordagem das crianças e famílias. Ora, a verdadeira transdisciplinaridade, fácil de evocar, mas difícil de concretizar, não consiste, como erradamente muitos a concebem, na perda de identidade profissional dos técnicos, ou em que todos terão de fazer o mesmo. Pelo contrário, é exactamente o oposto aquilo que pretende. Há é um gestor de caso, escolhido pela família e acordado entre a equipa, que se oferece à família como o principal interlocutor e responsável pela prestação de cuidados. Isso não o impede de se socorrer dos saberes dos outros técnicos e até de propor a sua intervenção directa no caso que tem em mãos. Pode esse técnico ser assistente social ou terapeuta da fala, mas será a face que a família "vê" e a quem pode pedir ajuda e responsabilização, mas que nunca intervém "só", sem uma retaguarda competente a quem pede ajuda. Há pois aqui também uma ecologia de prestação de serviços que actua organizada e atempadamente em relação à família.

Uma outra dimensão dos programas de IP desta terceira geração, para além do pôr em prática um trabalho de equipa transdisciplinar, e aprofundá-lo, é a dimensão da IP nos próprios contextos de vida da criança e da família. Assim, ganha relevo a dimensão domiciliária de intervenção, não apenas centrada na família (segunda geração), mas no domicílio e na comunidade. O repor o trabalho dos técnicos de forma contextualizada, que tenha a ver com o quotidiano da família e dentro da sua cultura ou subcultura, repõe por sua vez outra dimensão ecológica da família e das transacções que ocorrem no seu seio. Os avanços no conhecimento das interacções, mãe-criança e da criança com os seus iguais e outros adultos, vão ser extraídos dos trabalhos de Bronfenbrenner e Morris (1998) e do modelo

transaccional de Sameroff e Fiese (1990, 2000) que de uma forma sintética se podem resumir assim. No modelo de Bronfenbrenner de 1998, o desenvolvimento humano é encarado como o produto de quatro componentes e das suas relações; são eles: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo. O processo, predominantemente o mecanismo primário para o desenvolvimento, inclui todas as interações entre a pessoa em desenvolvimento e o meio circundante. Ora a influência destes processos no desenvolvimento varia em função dos outros três componentes atrás mencionados, a pessoa (com as suas características biológicas e as suas disposições psicológicas), os contextos ambientais (quer próximos quer mais distantes, e suas relações) e, finalmente, os períodos de tempo nos quais esses processos ocorrem.

O modelo de Sameroff, sobretudo nas suas versões de 1990 e 2000, foca-se preferencialmente nos factores ambientais dentro de uma dada cultura, e no modo como esses factores afectam as transacções mãe-filho, e por sua vez o desenvolvimento da criança.

Eis pois num breve resumo, necessariamente muito incompleto, as principais linhas de força dos Programas de Intervenção Precoce e que estão na base das intervenções com crianças e famílias.

Passemos agora à apresentação sucinta dos artigos que compõem este número da revista.

J. Bairrão e I. Almeida interrogam-se acerca do modo como vai a IP em Portugal. Baseados em dois documentos recentes, o trabalho de Bailey e Wolery (2002) e o estudo sobre práticas de IP em Portugal de Bairrão e Almeida (2002), os autores reflectem sobre os dois percursos de IP numa perspectiva de educação comparada. Grande é a distância que nos separa da Meca da IP e, ao contrário do que seria de desejar, parece que o fosso se vem acentuando. Os problemas que a IP entre nós enfrenta, quer em termos conceptuais, quer financeiros (sobretudo estes), quer organizativos, põem a este pequeno país grandes desafios. Tais desafios e problemas são inventariados na esperança de que caminhos possíveis possam surgir para a IP e que possam ser úteis para a maioria das crianças que deles necessitam, ao contrário do que actualmente acontece.

R. Simeonsson, S. Pereira e A. Scarborough reflectem sobre as tendências actuais em IP e evidenciam a mudança de um modelo médico para um modelo biopsicossocial, tendo este como premissa fundamental o papel central da influência do meio no funcionamento e na participação do indivíduo. Embora considerando que a natureza dos serviços de intervenção precoce se diferencia de um país para o outro, os autores salientam alguns elementos que hoje são já comuns à maioria dos programas de IP: a abordagem da criança e da família em conjunto como cliente; a necessidade de intervenções individualizadas; a abordagem interdisciplinar na prestação de serviços; e o reconhecimento das preferências da família quanto aos serviços e apoios a usufruir. Não obstante os progressos a que se tem assistido no domínio da intervenção precoce, os autores reconhecem a necessidade de uma base sólida de conhecimentos que permita uma melhor compreensão e aprofundamento dos elementos da intervenção precoce. Para este efeito, recorrem à Classificação da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), recentemente aprovada pela OMS que, tendo subjacente um modelo ecológico, vai permitir uma abordagem

mais abrangente e interactiva das formas de avaliação das características da criança, das suas actividades e participação, e dos factores do meio. As questões relacionadas com a identificação das características da criança e a sua elegibilidade para programas de intervenção precoce são objecto de uma reflexão aprofundada, tendo por base um estudo realizado em Portugal.

M. Fuertes e Lopes dos Santos — partindo do conceito de vinculação, processo pelo qual o indivíduo estabelece uma ligação afectiva privilegiada e duradoira com a figura que habitualmente dispensa os cuidados à criança — vão investigar a organização de processos de vinculação em crianças com alterações neuromotoras. O estudo diádico adulto-criança dentro desta perspectiva permite realçar as implicações teóricas e os possíveis contributos da teoria da vinculação para as práticas no domínio da intervenção precoce.

A. Serrano, A. H. Pereira e M. Carvalho, baseando-se em Dunst e seus colaboradores, realçam a importância dos contextos naturais, particularmente a família e a comunidade, para a aprendizagem e desenvolvimento da criança. Nesta perspectiva, valorizam o papel que os cenários de actividades e as oportunidades de aprendizagem que aí ocorrem devem ter nas abordagens e práticas de intervenção precoce, em contraste com as práticas mais tradicionais e restritivas.

J. Pimentel e S. Menéres, no seu estudo longitudinal de carácter qualitativo com quatro crianças com síndrome de Down e suas mães, revelam a influência de factores como a adaptação materna, a interacção mãe-criança e o apoio precoce proporcionado às díades no desenvolvimento das crianças. Os dados recolhidos ao longo de seis anos mostram a absoluta necessidade de se desenvolverem programas de intervenção precoce individualizados e que respondam efectivamente às necessidades das crianças e famílias.

R. McWilliam revisita um tema forte da sua investigação sobre organização e prestação de serviços em intervenção precoce dentro de um modelo centrado no domicílio. Fruto de uma longa reflexão acerca deste tipo de serviços para crianças com necessidades educativas especiais e suas famílias, o autor alarga este modelo, considerando como primordial um modelo de prestação de serviços integrados e transdisciplinares centrados no domicílio e na comunidade. É importante salientar ainda três aspectos que o artigo foca. O primeiro, que diz respeito à abordagem centrada na família, reflectindo acerca do impacte dos profissionais na família e na criança. A mediação da família no desenvolvimento da criança é relatado como sendo o impacte mais importante da prestação das equipas. O segundo aspecto refere-se ainda ao efeito mediador da família na intervenção. O trabalho diário dos membros da família poderá ter mais impacte na criança do que o dos técnicos, na medida que a melhoria das interacções contextualizadas é contínua e progressiva. E, finalmente, um corolário destes dois aspectos anteriores é a ênfase no apoio directo no contexto familiar-domiciliário dos prestadores de cuidados.

T. Grego apresenta um estudo original sobre padrões de comportamentos de educadoras de infância quando interagem com as crianças de 4 anos em contextos pré-escolares. Após um enquadramento teórico dentro da teoria ecológica do desenvolvimento de Bronfenbrenner, a autora parte da observação naturalista de cenários, utilizando uma metodologia qualitativa para o estudo da forma como as

educadoras se relacionam com as crianças dentro desses já referidos ambientes. Uma tão grande quantidade de dados exigiu uma análise muito aprofundada e uma interpretação cuidada dos conteúdos da observação e da entrevista. Os resultados são compatíveis com padrões regulares de interação educadora-criança que correspondem a estratégias comportamentais no lidar com a criança nesses cenários.

G. Portugal e P. Santos, partindo de uma reflexão sobre a importância das experiências e interações precoces no bem-estar emocional e no desenvolvimento da criança, analisam os conceitos nucleares subjacentes aos programas de intervenção precoce e o impacto que programas consistentes e bem sustentados podem ter no desenvolvimento da criança e no bem-estar da família. As autoras, considerando a qualidade das práticas dos profissionais como um factor determinante do sucesso dos programas, defendem um modelo de formação e de supervisão para a intervenção precoce assente na abordagem experiencial.

J. Pimentel vai estudar uma escala de intervenção focada na família, apresentando a adaptação portuguesa da "Family Focused Intervention Scale" de Mahoney. Instrumento privilegiado para o estudo das percepções de pais e profissionais no que se refere aos serviços recebidos/prestados em IP, a referida escala permite aprofundar as dimensões de serviços focados na criança *versus* serviços centrados na família.

A. Gamelas no seu trabalho versa uma temática crucial na IP com crianças mais velhas, sobretudo aquelas outras que estão incluídas em contextos pré-escolares e recebendo aí a sua educação contextualizada na sala. É a temática da inclusão em IP um dos pilares da filosofia interventiva. Partindo de dois instrumentos de avaliação de contextos pré-escolares, a ECERS e a OAP, um questionário de avaliação de ambientes pré-escolares e uma grelha de registo de comportamentos para crianças em jardim de infância, avalia-se a qualidade das salas e comparam-se as experiências nas crianças com necessidades educativas especiais (NEE) com as dos seus iguais nesses mesmos contextos. Os resultados vão no sentido de as crianças com NEE receberem menor estimulação do que as crianças normais, o que revela a necessidade de se inverter esta situação, dotando os contextos pré-escolares de condições para torná-los verdadeiramente inclusivos, melhorando a qualidade geral da estimulação nas salas, através de um aumento de recursos materiais e, claro está, com interações educadora-criança mais ricas e estimulantes.

M. T. Coutinho analisa uma importante dimensão dos programas de intervenção precoce amplamente referida na literatura, que é a dimensão de formação dos pais.

Trata-se, pois, do papel da família como mediadora no desenvolvimento da criança. A autora, citando Guralnick, enfatiza o contributo dos padrões de interação familiares para as melhorias no desenvolvimento. No presente artigo estuda-se a influência de um programa de formação de pais (PEP) de crianças com síndrome de Down. Os resultados são compatíveis com a melhoria da qualidade das interações das mães que beneficiaram deste programa.

Notas

- 1 Segundo Cameron (1982).
- 2 Individualized Family Services Plan.

Referências

- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of development processes. In W. Damon (Series Ed. & R. M. Lerner Vol. Ed.) *Handbook of child psychology: Vol. 1, Theoretical models of human development* (5ª ed., pp. 993-1027). Nova Iorque: Wiley.
- Cameron, R. J. (Ed.) (1982). *Working together: Portage in the U. K.* Windsor: NFER.
- Dunst, C. J. (1985). Rethinking early intervention: Analysis and intervention. *Development disabilities*, 5, 165-201.
- Dunst, C. J. (1986). Overview of the efficacy of early intervention programs. In L. Bickman & D. L. Wealtnerford (Eds.), *Evaluating early intervention programs for severely handicapped children and their families* (pp. 79-48). Austin, TX: PRO-ED.
- Guralnick, M. J. (1997). Second-generation research in the field of early intervention. In M. J. Guralnick (Ed.), *The effectiveness of early intervention* (pp. 3-22). Baltimore: Paul H. Brooks.
- Sameroff, A. J., & Chandler, M. J. (1975). Reproductive risk and the continuum of caretaking casualty. In F. D. Horowitz, M. Hetherington, S. Scarr-Salapatek, & G. Siegle (Eds.), *Review of child development research* (Vol. 4, pp. 187-244) Chicago: University of Chicago Press.
- Sameroff, A. J., & Fiese, B. H. (1990). Transactional regulation and early intervention. In S. J. Meisels & J. R. Shankoff (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (pp. 119-41). Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Sameroff, A. J., & Fiese, B. H. (2000). Transactional regulation: The developmental ecology of early intervention. In S. J. Meisels & J. P. Shonkoff (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (pp. 135-159). Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Sameroff, A. J., Seifer, R., Barocas, R., Zax, M., & Greenspan, S. (1987). Intelligence quotient scores of 4 year old children: Social-environmental risk factors. *Pediatrics*, 3, 343-350.
- Shearer, M. S., & Shearer, D. E. (1972). The portage project: A model of early childhood education. *Exceptional Children*, 36, 210-217.